

IDENTIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Thiago Buzatto Stock¹

Judite Sanson de Bem²

Introdução

Este estudo tem por objetivo verificar qual a relação existente entre memória social, identidade e patrimônio cultural. Para isto, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica através de materiais publicados, como artigos, livros e anais de eventos científicos.

Rodrigues (2018), Motta (2000), Botrel, et al. (2011) e Monastirky (2009) concordam ao relacionarem gestão cultural com memória social, apresentando sempre a questão da identidade como fator decisivo para definir o que é ou não um patrimônio e qual o tempo de vida deste em uma sociedade.

Rodrigues (2018) explica que a identidade é mutável e está em constante transformação, pois em diferentes fases da vida, as pessoas podem se identificar e se entender de maneiras distintas. Além disto, esta identidade sofre pressão social quanto a raça (branco, negro, índio), classe social (rico, pobre, classe média), idade (criança, jovem, adulto, idoso), religião, sexualidade, entre outros fatores que possam influenciar na identidade.

A identidade pode ser individual ou de um grupo. Individual quando diz respeito a uma determinada pessoa e suas características particulares. E grupo quando caracteriza um grupo de pessoas por similaridades que os tornem grupos étnicos. A identidade de um grupo é um processo de identificações historicamente apropriadas que conferem sentido ao grupo. Isto é, implica um sentimento de pertença a um determinado grupo étnico, cultural, religioso, de acordo com a percepção da diferença e da semelhança, o que diferencia o “nós” dos “outros” (RODRIGUES, 2018).

Com isto, surge o seguinte problema de pesquisa: Como um bem cultural é constituído a partir da memória social e de sua identidade?

Desenvolvimento

Todo este processo da construção de identidade social, para Rodrigues (2018) implica uma mobilização específica da memória coletiva e de sua transmissão e reprodução social. A memória social legitima a identidade de um grupo, podendo recorrer, para isso, ao patrimônio cultural.

Neste sentido o patrimônio cultural faz recordar o passado, é uma manifestação, um testemunho, uma invocação, ou ainda, uma convocação do passado. Tem, assim, a função de (re)memorar acontecimentos mais importantes, expressando a identidade histórica e as vivências de um povo. O patrimônio contribui para manter e preservar a identidade de uma nação, de um grupo étnico, comunidade religiosa, tribo, clã, família. É a herança cultural do passado, vivida no presente, que será transmitida às gerações futuras (RODRIGUES, 2018).

1 Doutorando em Memória Social e bens Culturais pela Universidade La Salle, Mestre em Avaliação de Impactos Ambientais (LaSalle), Bacharel em Administração e Licenciado em Pedagogia, Sociologia e Filosofia.

2 Pós-doutorado em Geografia, Doutorado em História Ibéro- Americana, Mestrado em Economia Rural, Bacharelado em Ciências Econômicas. Professora do PPG em Memória Social e bens Culturais da Universidade La Salle.

Rodrigues (2018) sugere uma ideia da manipulação ideológica do que pode ser ou não patrimônio, quem decide o que é relevante preservar é um determinado grupo (elite) e não o coletivo (povo) como um todo. Neste sentido, o patrimônio é um constructo social, é uma invenção, ou por outras palavras, uma versão apenas de uma parte do conjunto das ações humanas, num determinado período histórico. Neste caso, considerando a estreita relação entre patrimônio e identidade, a identidade de um grupo/sociedade é sempre um processo seletivo e fragmentado.

Bourdieu (2013) complementa Rodrigues quando aborda sobre o poder simbólico, onde uma classe dominante que carrega uma herança cultural, vai transmitir essa herança (este hábito) para as classes dominadas. Para Bourdieu é a classe dominante (que carrega uma “bagagem” cultural), através deste poder oculto de manifestar seus interesses, que influenciam a criação dessa identidade cultural para determinados bens culturais.

Neste contexto, Motta (2000) explica que grupos de assembleias, associações e sindicatos começaram a surgir para reivindicar direitos durante o período do regime militar onde as vozes do povo (no sentido coletivo) começaram a ser ouvidas e levadas em consideração na formação de uma identidade.

Quando Rodrigues (2018) relaciona a memória coletiva ao patrimônio, o autor utiliza-se dos estudos de Halbwachs, e explica que a memória, como fenômeno social, é coletivamente construída e reproduzida ao longo do tempo. Assim como o patrimônio cultural a memória social é dinâmica, mutável e seletiva; seletiva porque nem tudo o que é importante para o grupo fica gravado na memória, não ficando necessariamente registrado para as gerações futuras.

Motta (2000) nos apresenta uma versão mais histórica sobre as questões que envolvem a temática de memória social, patrimônio e gestão cultural. A autora explica que ao longo do século XIX enquanto países europeus consideravam o patrimônio arquitetônico como importante referência de identidade, no Brasil, a atenção dos intelectuais na busca de uma identidade nacional se concentrava em caracterizar um “povo brasileiro” e em identificar as características geográficas do território nacional. Foi somente sob o impacto da riqueza da arquitetura mineira, “descoberta” nos anos 1920, que os imóveis e sítios urbanos passaram a despertar interesse como referência de identidade.

Em 1937 com a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) dá-se início à apropriação da produção arquitetônica e de sítios urbanos como patrimônio e sua preservação para a construção de uma identidade nacional (RODRIGUES, 2018).

Segundo Motta (2000, p. 25):

Em 1934 [...] pela primeira vez foram inseridos, numa constituição federal brasileira, dispositivos de limitação ao direito de propriedade. Esse direito passou a ser subordinado à função social da propriedade, na qual se incluía o valor cultural. Caberia ao Estado identificar e justificar o valor cultural das edificações e sítios urbanos, considerando-os, por este motivo, como um valor coletivo que deveria ser preservado. Foi criado o IPHAN para a avaliação do valor cultural dos imóveis, assim como de outros bens culturais, e o Decreto de lei 25 para viabilizar legalmente a proteção do acervo selecionado.

Motta (2000) complementa ainda que após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 1948 considerou a cultura como um dos direitos fundamentais do ser humano e a partir disso, a relação de identidade, cultura e bens culturais se intensificaram. E as memórias coletivas servem como ferramenta na construção desta identidade cultural e como forma de identificação e valoração dos bens culturais.

Nesta relação público, memória e identidade, as tecnologias influenciam na identidade do patrimônio, podendo alavancar um patrimônio através de novas ofertas e formas variadas de entretenimento, proporcionando mais acesso e visibilidade ao bem, como também podem fazer com que determinado bem fique obsoleto e seja substituído por outro mais moderno e que chame mais a atenção do público, gerando a perda do interesse e a desconstrução de sua identidade como bem patrimonial (MOTTA, 2000; RODRIGUES, 2018).

Nos anos 1970 - 80 patrimônios foram tombados, em diversas capitais brasileiras, em decorrência das exigências da coletividade e pressão inserida sob órgãos públicos, exigindo a preservação dos mesmos como bens culturais e patrimoniais públicos (MOTTA, 2000).

O crescimento da consciência social acerca do valor do meio ambiente e da memória como fatores de melhoria da qualidade de vida — fenômeno presente na sociedade desde meados da década de 1970 — refletiu-se na ampliação da participação individual, ou organizada em entidades civis, de cidadãos desvinculados da administração pública. Este fato, além de significar a possibilidade de instituição de um patrimônio mais representativo da multiplicidade da sociedade contemporânea, iniciou um reconhecimento público da importância do **órgão** (RODRIGUES, 1994 apud MOTTA, 2000, p. 57).

Assim, a movimentação social gera força e voz para considerar um bem como patrimônio público e as memórias coletivas que podem ser geradas por este bem, ou a partir do mesmo, garantem (ou não) sua conservação. Ou seja, se este bem após tombado for capaz de ser memorado como um bem importante e com identidade para a sociedade ele permanece vivo, caso contrário, pode ser deixado de lado por ter sido esquecido pela sociedade (RODRIGUES, 2018).

Surge assim uma perspectiva vinculada à questão da preservação do patrimônio histórico e bens culturais. Contudo, o verbo preservar apresenta um significado que se sobrepõe à ação de livrar de algum mal, manter livre de corrupção, perigo ou dano e conservar, dentre outros sinônimos (BOTREL, et al., 2011).

De acordo com Lemos (2006 apud BOTREL, et al., 2011, p. 47), “[...] se devemos preservar as características de uma sociedade, teremos forçosamente que manter conservadas suas condições mínimas de sobrevivência, todas elas implícitas no meio ambiente e no seu saber”. Então, preservar não se limita somente em guardar uma coisa, um objeto, uma construção, casas e demais patrimônios históricos de uma cidade antiga. Por Preservar, entende-se também, o ato de “[...] gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas, de forma que se garanta a compreensão da memória social preservando o que for significativo dentro do vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural”.

O autor discute ainda sobre a efetiva participação dos gestores culturais na escuta da população de forma a registrar a memória coletiva a fim de verificar o que deve ou não ser considerado um bem patrimonial, seja ele material (prédios históricos, casas culturais, igrejas) ou imateriais (tradições, folclores, costumes).

Quanto a responsabilidade pela preservação dos bens culturais esta é mais complexa, e no Brasil ela passou do federal para os órgãos municipais de cultura, este procedimento facilita o registro e catalogação dos bens culturais, seu tombamento e a escuta da população sobre estes bens. Todos estes recursos utilizados pela gestão cultural remetem na construção de uma identidade de acordo com as memórias coletivas acerca do patrimônio cultural (BOTREL, et al., 2011).

Para o autor a decisão sobre a constituição de um bem cultural e sua preservação é um processo dialógico entre todos os entes envolvidos (órgãos públicos, gestores culturais e sociedade). Entretanto

deve-se ter, por parte do setor público, o incentivo para que a população participe sem distinção de classe social, credos, etnias ou qualquer outro fator que ponha em risco o resultado da discussão. Estas discussões ocorriam apenas entre governo e burguesia, deixando parte da população fora das tratativas sociais e de decisões culturais.

Monastirky (2009) complementa os autores citados quando comenta que o reconhecimento de um patrimônio cultural se dá pela identificação de seus significados. Cada patrimônio contém uma carga simbólica que auxilia a descobrir qual o significado histórico-social que este patrimônio possui. E este valor simbólico, atribuído aos objetos ou aos costumes, decorre da importância que lhes atribuí à memória coletiva.

Esta memória que impulsiona a construção de um conhecimento, podendo ser associado ou diferenciado da história, serve como método de análise da construção cultural sendo utilizada como ferramenta para a gestão. Não se trata de fazer história, mas a memória, mesmo com suas falhas (esquecimento, manipulações), permite a compreensão sobre o patrimônio cultural (MONASTIRKY, 2009).

O autor reforça ainda que metodologicamente memória, história e tradição apesar de apresentarem conceitos distintos, podem se complementar e servem como ferramentas de gestão cultural. “Tradição, memória e história são as três posições diferentes com que o presente vê o passado: a tradição santifica o passado e justifica o status-quo, a memória petrifica e estratifica este passado, enquanto a história é analítica e crítica a ele” (MONASTIRKY, 2009, p. 326).

Assim, enquanto a história apresenta fatos do passado, oferecendo dados e fatos, causas e consequências, a memória coletiva permite uma compreensão complementar ou diferente daquela oferecida pela história, pois apresenta laços emotivos, afetivos e pertencimento social e a criação de uma identidade.

Monastirky (2009), assim como os demais autores citados, também aponta para os cuidados que devem ser tomados quanto à gestão da memória coletiva, como esta é analisada e selecionada, pois deve ser um trabalho democrático e participativo, sem que haja manipulação da mesma em detrimento de determinado patrimônio. Pois dependendo das memórias coletadas ou produzidas, um sentimento de pertencimento ou de indiferença é gerado e este determina o destino do patrimônio cultural.

Franzoi, Silva e Costa (2013) salientam que a formulação de uma política pública para posterior gestão deve levar em conta que sociedade se caracteriza por diferenças sociais e culturais, tratando-se de uma sociedade conflituosa. E administrar estes conflitos é necessário para a sobrevivência da sociedade e as políticas são um dos meios para fazê-lo. E para isto, devem-se utilizar ferramentas e métodos para que realmente todos sejam ouvidos e possam participar.

Segundo Rua (1997 apud FRANZOI; SILVA; COSTA, 2013, p. 86), “a política é um conjunto de ações formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos”.

Mainardes (2006) aponta o “ciclo dos contextos” ou “ciclo de políticas” como uma ferramenta para a construção das políticas e que permite realizar a escuta e registro das memórias coletivas dos envolvidos.

Esta ferramenta foi desenvolvida pelos pesquisadores ingleses Stephen Ball e Richard Bowe na década de 1990. Inicialmente a proposta apresentava três contextos: contexto de influências; contexto da produção de textos; contexto da prática (MAINARDES, 2006).

O primeiro contexto é o da influência, onde os discursos são iniciados, a escuta acontece neste primeiro momento, grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais e culturais. Aqui os discursos de memórias e história se concretizam, recebendo apoio ou entrando em conflito com discursos contrários (MAINARDES, 2006; OLIVEIRA, 2013).

Ao utilizar esta ferramenta o gestor precisa levar em consideração a participação ativa da sociedade neste primeiro contexto e dos cuidados acerca da interpretação e utilização das memórias sociais geradas, uma vez que estas podem ser manipuladas de acordo com interesses pessoais e particulares.

O segundo contexto é o da produção de textos e diz respeito ao processo de documentar os discursos gerados no primeiro contexto. Estes textos podem se apresentar em forma de textos legais e oficiais, comentários formais ou informais, pronunciamentos, vídeos, decretos, entre outros (MAINARDES, 2006; OLIVEIRA, 2013).

Mainardes (2006, p. 52) alerta que estes textos nem sempre são coerentes e claros, podendo também ser contraditórios. “Eles podem usar os termos-chave de modo diverso. A política não é feita e finalizada no momento legislativo e os textos precisam ser lidos em relação ao tempo e o local específico de sua produção”.

As ideias acima reforçam as diversas formas de manipulação que os discursos podem sofrer, inteirando que este processo de escuta e documentação deve ser exercido com ética, de forma impessoal e sem interferências políticas.

O terceiro contexto é o contexto da prática onde os textos gerados a partir dos discursos produzidos serão analisados e interpretados pelos gestores e a partir desta interpretação ações serão tomadas e a partir destas surgem suas consequências (OLIVEIRA, 2013; MAINARDES, 2006).

Esta abordagem assume que os gestores culturais e demais profissionais das políticas públicas culturais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas e, desta forma, o que eles pensam e acreditam têm implicações para o processo de implementação das mesmas.

Conforme os autores Oliveira (2013) e Mainardes (2006), esta ferramenta ganhou dois novos contextos na metade de década de 1990 também idealizados por seus criadores, os pesquisadores Stephen Ball e Richard Bowe. Estes novos contextos foram denominados de: contexto dos resultados e contexto das estratégias. Assim, a ferramenta passa a ser conhecida como “os cinco contextos políticos”.

Para os autores este ciclo se bem utilizado pelos gestores públicos permite idealizar políticas que visam o interesse da coletividade, além de sua revisão e atualização, por se tratar de um processo cíclico. Estes novos contextos estão em concordância com os relatos de memórias coletivas que podem sofrer modificações ao longo das gerações e seus sentimentos de pertencimento e afeto para com o bem público em questão, criando assim sua identidade ou nova identidade.

O contexto dos resultados, segundo Mainardes (2006) também conhecido por contexto dos efeitos, preocupa-se com questões de justiça, igualdade e liberdade individual. O pensamento de que políticas surtem efeitos, ao invés de somente resultados, foi considerado mais apropriado. Nesse sentido, as políticas devem ser analisadas em termos do seu impacto e interações com desigualdades existentes.

O último contexto descrito no ciclo de políticas é o contexto da estratégia política. Segundo Mainardes (2006) este contexto diz respeito em identificar um conjunto de atividades sociais e políticas que se fazem necessárias para lidar com os problemas identificados, principalmente as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada.

Segundo Ball (1994) citado por Mainardes (2006), este último contexto é um elemento fundamental da pesquisa social crítica e que é produzido para uso estratégico em embates e situações sociais específicas.

Assim, o ciclo de políticas permite um processo de criação das políticas de forma dialética, onde a escuta das partes (órgãos públicos, gestores e sociedade) se faz presente e agrega um sentimento de pertencimento. Entretanto, exige o cuidado sobre a interpretação das falas e das memórias que são coletadas e até mesma sua possível manipulação deve ser observada para que nada seja realizado de forma duvidosa que venha a favorecer ou prejudicar o resultado final.

Oliveira (2013), justifica a utilização do ciclo de políticas como ferramenta de gestão pública, pois os costumes, tendências, pensamentos, ideias e opiniões tentem a se modificar com o tempo, e desde o fenômeno da globalização este processo de mudança ocorre cada vez de forma mais acelerada. Assim, sendo uma ferramenta cíclica, permite a atualização das informações e seus efeitos.

Considerações finais

Ao trabalhar a memória social como ferramenta de gestão, os autores que se dedicam aos estudos sobre gestão cultural, hora citados acima, concordam que os fatores ética, imparcialidade e preponderância devem estar atrelados a metodologia desenvolvida, pois conforme os precursores dos estudos sobre memória (também já citados) atrelam a ela suas falhas como esquecimento, manipulação, sentimentos relacionados que podem confundir o discurso. Assim, a memória social só terá relevância metodológica se bem aplicada e gerida, caso contrário será apenas uma metodologia utilizada sem peso ou fundamento para o resultado, ou pior, um meio de tentar justificar um resultado já esperado.

Bourdieu (2013) complementa o texto acima quando explica sobre o poder simbólico, onde uma força pode se impor sobre outra (classe dominante e classe dominada). Tornando real a possibilidade de manipulação das memórias para que um bem social seja considerado mais relevante do que outro.

Assim, Bourdieu (2013) integra a importância de a gestão cultural ser exercida com ética e responsabilidade para que uma vontade não se sobressaia sobre a realidade estudada. Neste caso, para que as memórias sejam coletadas e analisadas sem manipulações e com rigor científico a fim de expressarem a realidade social e criarem uma identidade.

Para uma melhor compreensão, o poder simbólico de Bourdieu (2013) sugere que existem classes dominantes e classes dominadas e a classe dominante impõe regras que as classes dominadas seguem sem discutir, como por exemplo, a definição de cultura, quais são os bens culturais, o que deve ser preservado, costumes sociais, entre outras. E este poder é simbólico justamente por ser um mecanismo invisível onde o dominante cria categorias de pensamentos que influenciam as ações sociais.

Referências

BOTREL, M. de O.; Et. al. Entre a Gestão Pública e a Gestão Social de Bens Culturais no Brasil. **ABET**, Juiz de Fora, v.1, n.2, p. 41-54, jul./dez. 2011.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

FRANZOI, N. L.; SILVA, C. O. B.; COSTA, R. de C. D. Proeja e Pronatec: ciclo de políticas, políticas recicladas. **Políticas Educativas–PoEd**, v. 6, n. 2, p. 84 - 100, 2013.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 27, p. 47-69, 2006.

MOTTA, L. Patrimônio Urbano e Memória Social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural 1975 a 1990. 2000. 169f. **Dissertação** (Mestrado em Memória Social e Documento). Centro de Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro, 2000.

MONASTIRSKY, L. B. Espaço urbano: memória social e patrimônio cultural. **Terra Plural**, v. 3, n. 2, p. 323-334, 2009.

OLIVEIRA, O. S. de. Perspectivas de democratização da educação: implicações do contexto de produção de textos na organização das políticas educacionais. **XI Congresso Nacional de Educação - EDUCARE**. Curitiba, 2013.

RODRIGUES, D. Patrimônio cultural, memória social e identidade: interconexões entre os conceitos. **Letras Escreve**, v. 7, n. 4, p. 337-361, 2018.